

IMPRESSO

SINTEPS *journal*

INFORMATIVO DO SINTEPS - SINDICATO DOS TRABALHADORES DO ENSINO PÚBLICO ESTADUAL TÉCNICO, TECNOLÓGICO E PROFISSIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO E DO CEETEPS.

Nº 47 - Setembro 2006

FILIADO À CUT E À FASUBRA

Campanha salarial 2006

Sindicato entrega proposta de reajuste imediato de 30%



Página 2

A luta agora é nas ruas

Página 3

Eleições 2006

Quem são os candidatos que apoiaram as lutas dos trabalhadores do Centro

Páginas 9 a 12

Hora de fortalecer o Sindicato da categoria

Sinteps realiza eleições de 16 a 18 de outubro



Nas páginas 5, 6 e 7, confira todos os detalhes do processo eleitoral e um balanço apresentado pela atual Diretoria da entidade

LDO 2007

Relatório aprovado na Comissão de Finanças e Orçamento inclui dotação de 1% do ICMS para o Ceeteps

Página 8



Campanha salarial 2006

Diretoria do Sinteps apresenta proposta "legal" e "viável", que corresponde a 30% de reajuste imediato

No dia 8 de agosto, a Diretoria Executiva do Sinteps reuniu-se com o secretário da Casa Civil, Antônio Rubens Costa de Lara. Além de cobrar o andamento do Plano de Carreira dos Funcionários e dos Docentes (*veja matéria na página 4*), o Sindicato expôs uma proposta que significa reajuste imediato para os trabalhadores do Centro Paula Souza.

A proposta voltou a ser apresentada para a secretária de Ciência e Tecnologia, Maria Helena Guimarães Castro, em reunião realizada no dia 31 de agosto, que contou com a presença da superintendente do Centro, Laura Laganá. Elas se comprometeram a levar o estudo do Sindicato pessoalmente ao governador Cláudio Lembo. O Sindicato está cobrando que isto ocorra o mais breve possível.

O que é a proposta

Considerando que, em ano eleitoral, a argumentação do governo para negar reajuste é sempre a proibição legal, a Diretoria Executiva do Sinteps elaborou uma proposta de reajuste que resolve este impasse. O texto já foi encaminhado em forma de projeto de lei de lei complementar e, para que se torne realidade, basta que seja assinado pelo governador Cláudio Lembo.

As sugestões do Sinteps alteram e acrescentam

dispositivos nas carreiras do pessoal docente e não docente do Ceeteps. O objetivo é minimizar as distorções salariais ocorridas em função da falta de realinhamento nas carreiras dos profissionais do Centro, o que, certamente, vem colocando em risco o atendimento do ensino profissional, técnico e tecnológico do estado de São Paulo.

A proposta é fundamentada

através de portarias e resoluções da Unesp (instituição à qual o Centro é vinculado), tanto para o pessoal docente quanto para o autárquico. O impacto financeiro (equivalente a um reajuste imediato de 30%) está dentro dos parâmetros estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não havendo qualquer impedimento jurídico para a sua implementação. Vale lembrar que o período eleitoral não impõe restrições quanto à reestruturação de carreiras.

Dentre as inovações principais sugeridas no projeto de lei complementar elaborado pelo Sindicato, destacam-se:

1) Retorno do enquadramento que era aplicado aos integrantes do quadro de pessoal administrativo autárquico e que foi suspenso em 1994. A suspensão da aplicação da evolução funcional causou uma perda de seis referências na evolução funcional de 1994 a 2006, que seria recuperada com a lei complementar proposta pelo Sinteps;

2) Alteração dos valores de referência da carreira do pessoal docente das Escolas Técnicas, de forma a tornar mais compatível com o mercado de trabalho os valores percebidos por estes profissionais, bem como para atender as exigências requeridas das funções docentes da educação profissional de nível técnico;

Idéia é amenizar prejuízos causados pela falta de realinhamento nas carreiras nos últimos 12 anos

3) Alteração dos valores de referência da carreira do pessoal docente das Faculdades de Tecnologia, de forma a tornar mais compatível com o mercado de trabalho os valores percebidos por estes profissionais, bem como para atender as exigências requeridas das funções docentes da educação profissional de nível superior tecnológico;

4) Aplicação das alterações propostas também para os Auxiliares de Instrução I e II, Auxiliares Docentes e Instrutores cujos vencimentos são compostos pelo valor hora aula e pelo adicional de função da carreira administrativa;

5) Extensão da aplicação dos dispositivos da lei às classes em extinção, aos servidores administrativos não optantes do plano de carreira, aos inativos e pensionistas.

A íntegra...

... do projeto de lei complementar elaborado pela Diretoria do Sinteps pode ser conferida no *site* da entidade (www.sinteps.org.br).



10/4/2006: Diretores do Sinteps entregam a pauta da campanha salarial à superintendente Laura Laganá



31/8/2006: A secretária de Ciência & Tecnologia, Maria Helena Guimarães Castro, recebe documento com proposta elaborada pelo Sindicato

SINTEPS *jornal*

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de São Paulo.
Praça Coronel Fernando Prestes, 74 - Bom Retiro - Cep 01124-060 - São

Paulo - SP - Fones: (11) 3313-1528 e (11) 3313-5385
E-mail: sinteps@uol.com.br Site: <http://www.sinteps.org.br>
Jornalista Resp.: Bahiji Haje (bah@travelnet.com.br) - Tiragem: 2.500 exemplares

Campanha salarial 2006

A luta agora é nas ruas!



As reivindicações apresentadas na greve de 2004 continuam na ordem do dia. Os parcos reajustes concedidos pelo governo tucano não resolveram o grave arrocho salarial imposto aos trabalhadores do Centro

A maioria dos trabalhadores do Centro Paula Souza entende que o momento não é favorável à realização de uma greve da categoria. Este foi o resultado das assembleias setoriais, realizadas no período de 21 a 25 de agosto.

As reuniões realizadas pela Diretoria Executiva em diversas unidades, antes e durante o período das assembleias setoriais, já apontavam para este resultado: 85% dos trabalhadores consultados foram contrários à greve agora.

É óbvio que este índice não significa que os trabalhadores das ETE's e FATEC's do Centro estejam contentes com

os salários e as condições de trabalho. Muito longe disso! Nas reuniões, houve unanimidade de que é preciso fazer algo que chame a atenção da mídia para a nossa situação.

A mesma análise foi dominante na assembleia geral do dia 29/8, na qual foram tabulados os dados das setoriais. No mesmo dia, em reunião da Diretoria Executiva (DE), Diretoria Regional (DR) e Conselho de Diretores de Base (CDB), foi aprovada a realização de atividade de denúncia à população da real situação dos trabalhadores das ETE's e FATEC's, através de aulas em praças públicas em algumas cidades do estado. Elas serão ministradas por membros da DE, DR e CDB. Simultaneamente, haverá panfletagem para a população e para a comunidade das ETE's e FATEC's, a fim de conscientizá-la da nossa situação salarial e do descaso do governo estadual com os trabalhadores e alunos do Centro Paula Souza.

O calendário das atividades nas ruas será discutido na próxima reunião da DE, DR e CDB, marcada para 13/9.



Comunicado Sinteps Colônia de Férias

Estão abertas as inscrições para a Colônia de Férias do Sinteps (Pousada das Araras em Ubatuba) para os feriados do segundo semestre e férias. As opções de reserva são:

Feriado de 12 de outubro

Inscrições: 18 a 21 de setembro.
Sorteio: 25 de setembro.
Pagamento: 6 de outubro.
Período: Do dia 12/10 ao dia 15/10 (três diárias).

Feriado de 2 de novembro

Inscrições: De 16 a 20 de outubro.
Sorteio: 23 de outubro.
Pagamento: 27 de outubro.
Período: Do dia 2/11 ao dia 5/11 (três diárias).

Feriado de 15 de novembro

Inscrições: 23 a 27 de outubro.
Sorteio: 30 de outubro.
Pagamento: 8 de novembro.
Período: Do dia 15/11 ao dia 20/11 (quatro diárias).

Férias

Mês de dezembro

Inscrições: 6 a 10 de novembro.
Sorteio: 13 de novembro.
Pagamento: 50% da reserva no dia 30 de novembro e 50% no dia 7 de dezembro.
Períodos:
- De 4/12 a 10/12 (seis diárias)
- De 11/12 a 17/12 (seis diárias)
- De 18/12 a 25/12 (sete diárias - Natal)
- De 26/12 a 1/1/2007 (seis diárias - Reveillon)

Mês de janeiro 2007

Inscrições: 6 a 10 de novembro.
Sorteio: 13 de novembro.
Pagamento: 50% da reserva no dia 30 de novembro e 50% no dia 7 de dezembro.
Períodos:
- De 2/1 a 8/1 (seis diárias)
- De 9/1 a 15/1 (seis diárias)
- De 16/1 a 22/1 (seis diárias)
- De 23/1 a 29/1 (seis diárias)

As diárias iniciam-se e encerram-se ao meio-dia. Está incluído o café da manhã. Não há cobrança de taxas de serviços. Para qualquer dos períodos acima, o valor da diária, por pessoa, segue a tabela abaixo:

- Filiação do Sinteps e dependentes acima de 8 anos: R\$ 30,00
- Crianças dependentes (3 a 8 anos): R\$ 18,00
- Convidados (acima de 8 anos): R\$ 48,60
- Crianças convidadas (3 a 8 anos): R\$ 27,00

A partir de fevereiro, as diárias sofrerão reajuste. Portanto, somente serão divulgadas as tabelas e períodos de inscrição em dezembro. Para fazer sua reserva, é obrigatório o preenchimento da ficha de inscrição, disponível no site do Sinteps (www.sinteps.org.br)

Desrespeito

E a novela da carreira, hein!!?

Na reunião com o secretário da Casa Civil, no dia 8 de agosto (veja na página 2), os diretores do nosso Sindicato foram informados de que a novela da carreira dos funcionários do Centro ainda está longe de seu final. De acordo com o secretário Antônio Rubens Costa de Lara, a proposta que lhe foi encaminhada pela superintendência do Ceeteps contém alguns itens inconstitucionais. Com isso, o texto voltou ao Centro para ser alterado.

No dia 31 de agosto, a superintendente Laura Laganá explicou aos diretores do Sinteps que o problema está na existência de um número muito grande de cargos de confiança na Administração Central e que isto está sendo corrigido.

História sem fim

Em 1998, a Superintendência elaborou uma proposta para a carreira dos funcionários, submetendo-a a plebiscito no final de 2002. O Sinteps foi contra a proposta, alertando para alguns problemas presentes no texto. No entanto, a maioria dos funcionários posicionou-se pelo sim.

Na época, a Superintendência argumentou que havia pressa na aprovação da Carreira, pois o Tribunal de Contas estaria "pegando no pé" do governo, devido à inexistência de cargos no Centro. O Sindicato alertou que isso também era falso e que, na realidade, o objetivo era desvincular formalmente do Plano de Carreira da Unesp os trabalhadores do Centro.

Bem... apesar de tamanha pressa, a proposta da Superintendência foi para a gaveta do Palácio dos Bandeirantes... e de lá nunca mais saiu. Para ser aprovada, precisaria passar pela Assembléia Legislativa.

Sem a Carreira, as contratações feitas nos últimos anos (principalmente devido à ampliação) são todas precárias, em regime temporário e pela CLT.

A reivindicação do Sindicato é que o Centro respeite a Carreira existente (da Unesp), aplicando-a aos funcionários da instituição, inclusive com o enquadramento devido (que não ocorre há 12 anos). Nesta linha de raciocínio, o Sinteps elaborou uma proposta de reenquadramento imediato, que corresponde a 30% de reajuste, como mostra matéria na página 2 desta edição.



Em 2002, o Centro realizou um plebiscito para submeter aos funcionários a sua proposta de carreira. O Sinteps defendeu o NÃO, mas a maioria optou pelo SIM



No congresso da categoria, em 2004, a carreira de docentes e funcionários foi novamente discutida. O projeto aprovado pelos trabalhadores foi ignorado pelo Centro

A carreira docente

Em março do ano passado, a Superintendência convidou algumas pessoas e montou uma comissão para estudar a Carreira dos docentes. Como se trata de assunto de interesse de um grande número de pessoas, o Sindicato solicitou participação nas reuniões, mas não foi atendido. Diante disso, a entidade entregou à comissão a proposta de Carreira aprovada pela categoria no IV Congresso do Sinteps, realizado em 2004. Segundo informações de bastidores, a comissão não aceitou nenhuma das propostas que lhe foram encaminhadas.

Mais de 18 meses depois, nenhuma fumaça branca soprou da comissão. Seria interessante que a categoria soubesse o que está sendo discutido, prazos etc. Afinal, é a vida funcional de centenas de pessoas que está em jogo.

As novas tecnologias e o novo presidente do CD do Ceeteps



A posse do novo presidente do Conselho Deliberativo do Ceeteps, João Ciro André, em agosto, é mais um capítulo do autoritarismo tucano no Centro. Longe de qualquer resquício de democracia, o nome dele é produto de uma indicação direta da Superintendência, ou seja, do governo estadual. Oriundo dos quadros da Escola Politécnica da USP, André deixou claros seus princípios políticos. Falante, fez questão de dizer que é a favor da terceirização e que os servidores públicos não merecem ter estabilidade, pois "ninguém quer trabalhar". Para ele, nenhum dirigente sindical deveria ser liberado do ponto.

Presente à reunião, a presidente do nosso Sindicato, Neusa Santana Alves, questionou o novo presidente do CD sobre suas declarações. Perguntou-lhe como ele defendia que fosse feito o trabalho sindical numa base que se estende por todo o estado, como é o caso do Centro Paula Souza. Moderno, ele palpitou: "As reuniões podem ser feitas pela Internet!"

Fortalecendo o Sindicato da categoria

Sinteps realiza eleições de 16 a 18 de outubro

GREVE NAS E.T.E.'S. E FATEC'S.
GOVERNADOR ALCKMIN E PSDB
O NOME **E.T.E. E FATEC.** SÓ SERVE
PARA GANHAR ELEIÇÃO ????

Vamos escolher a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Diretor de Base para o triênio 2006-2009

O Sinteps, o nosso Sindicato, está em processo eleitoral. Nos dias 16 a 18 de outubro de 2006, os filiados escolherão os companheiros que comporão a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal para o triênio 2006/2009. Este é um momento relevante para a entidade, pois definirá os rumos a serem seguidos nos próximos três anos.

A participação dos trabalhadores neste processo é muito importante. Durante o período de inscrição de chapas, amplamente divulgado através de boletins e da Internet, qualquer companheiro interessado teve a oportunidade de organizar sua chapa e se inscrever. Apenas uma apresentou-se, como mostra matéria ao lado.

Nos dias previstos para a votação, é importante que os filiados exerçam o seu direito ao voto, dando sua contribuição para que a entidade continue trilhando o caminho da luta.

Fique atento às eleições. Haverá urnas em todas as unidades nas quais que o Sinteps possui filiados. Não deixe de votar!!

A Comissão Eleitoral

A Comissão Eleitoral, escolhida na Assem-

bléia Geral Ordinária, em 10/8/2006, é presidida por César Eduardo Rykala e composta, ainda, pelos seguintes membros: Celso Luiz Mendes Tojo, Lisete do Carmo Cardoso Messias, Márcia Fiorito Napolitano, Robson Pereira. A atribuição da Comissão, de acordo com o estatuto do Sinteps, é dirigir todo o processo eleitoral.

O calendário

O prazo para inscrição de chapas encerrou-se em 23 de agosto (veja box "Pleito terá chapa única"). Abaixo, confira as demais datas do calendário, definido pela Comissão Eleitoral:

- 31/8: Início da campanha eleitoral
- 15/10: Término da campanha eleitoral
- 16 a 18/10: Votação
- 23/10: Apuração dos votos
- 24/10: Divulgação dos resultados
- 26/10: Recurso
- 30/10: Resultado do recurso
- 31/10: Homologação
- 10/11: Posse da nova Diretoria e Conselho Fiscal

Pleito terá chapa única

A Chapa "Resistência e Luta" foi a única a se inscrever para as eleições que acontecem de 16 a 18 de outubro. Os membros que a compõem são:

Diretoria Executiva

- Presidente: Neusa Santana Alves (ETE JM)
- Vice-Presidente: João Ailton L. Ferreira (ETE JMS)
- Secretária Geral: Sílvia Elena de Lima (ETE JS)
- Sec. Político-Adm: Wilson Agostinho Filho (ETE RFS)
- Tesoureira Geral: Denise Rykala (ETE JM)
- Secretário Financeiro: Rafic Nassin Filho (ETE JBLF)
- Secretários Executivos:
Salvador dos Santos Filho (ETE JM)
Margarete M. M. Angeli (ETE EN)
Gilberto A. de Freitas (ETE MLK)

Suplentes

- Leny Esther Batista (FATEC SP)
- Edison de Lima Franco (ETE PV)
- Olívia Maria de C. R. Iervolino (ETE BQ)

Conselho Fiscal

Titulares

- Gertudes Ap. Lopes Pereira (ETE JGA)
- Paulo Lemos (Adm. Central)
- Ana Zita Paiva (ETE JM)

Suplentes

- Maria da Glória P. C. Pereira (ETE CA)
- Simone Zerbinato (ETE GV)
- Maria Aparecida Miranda (Adm. Central)

Balço da gestão

Três anos de muita luta...

A Diretoria atual prestou contas na Assembléia de 10 de agosto. Período de outubro 2003 a agosto 2006 foi marcado por lutas salariais históricas e presença marcante na Assembléia Legislativa, em busca de mais recursos para o Centro

Um dos pontos de pauta da Assembléia Geral Ordinária, realizada em 10/8/2006, foi a prestação de contas das atividades encaminhadas pela Diretoria Executiva atual no período de outubro 2003 a agosto 2006. No texto escrito pelos diretores, a conclusão é que as verbas arrecadadas pela entidade foram usadas prioritariamente para campanhas de melhoria das condições de trabalho e de salário da categoria, na defesa de mais verbas para o ensino público e, em especial, para o Centro Paula Souza, bem como na organização sindical, no trabalho de base e no fortalecimento do Sindicato. Um dos trechos do documento informa que toda a execução financeira foi acompanhada por reuniões regulares do Conselho Fiscal e que todo o trabalho político foi discutido e formulado pelo Congresso da Categoria ou pelo Conselho de Diretores de Base (CDB). A avaliação é que "a gestão está sendo desenvolvida com êxito, tanto pela ação da Diretoria Executiva, Diretoria Regional e Conselho de Diretores de Base, quanto pela participação ativa da categoria". O documento considera, ainda que "muitas lutas e conquistas importantes foram obtidas, outras ainda estão se encaminhando e continuamos a acreditar que, juntos, novas conquistas obteremos."

Momentos marcantes

Durante estes quase três anos que são analisados no documento distribuído na assembléia de 10/8, é feito um relatório de todas as atividades implementadas: reuniões de diretoria, assembléias, participação em reuniões e atividades do Fórum das Seis (em conjunto com os sindicatos das universidades), atos públicos, atividades nas unidades, acompanhamento jurídico e administrativo dos filiados, publicação de cartas abertas, jornais e boletins etc. Neste período, no entanto, alguns momentos tiveram importância especial, como veremos a seguir.

A atual gestão à frente do Sinteps - "Resistência e Luta" - teve início em 19 de outubro de 2003, com a posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. As sucessivas reuniões do CDB culminaram, em dezembro, com a deliberação pela greve geral a partir do início do ano letivo seguinte, com a criação de um Comando de Greve.

Quando entrou 2004, a categoria estava mais decidida do que nunca. Já em janeiro, houve reuniões semanais do Comando de Greve e a elaboração de uma cartilha especial, com orientações aos trabalhadores sobre o movimento. Após assembléia geral, a greve foi suspensa em 16 de fevereiro. Foram 80 dias que

entraram para a história do Centro. Durante esse período, foram realizadas inúmeras atividades, das quais se destacam: atos públicos semanais e carreatas nas cidades com unidades em greve; a gravação de depoimentos dos trabalhadores em vídeo; passeata pela Av. 23 de maio, em São Paulo; atos na Assembléia Legislativa de São Paulo; passeata à Secretaria de Ciência e Tecnologia, com o enterro do Secretário e do Superintendente; criação da Comissão Parlamentar Mista (Educação e Trabalho) para intermediação junto ao governo estadual; realização de Ato de Solidariedade à Greve dos Trabalhadores do Ceeteps, com a participação de personalidades de destaque nacional, de parlamentares de todas as esferas, de entidades nacionais, estaduais e municipais e da categoria.

O movimento ganhou grande visibilidade na TV, nos rádios e nos jornais. O Sinteps também colocou outdoors em pontos importantes da capital e do interior. A greve foi suspensa no dia 5 de maio. Embora insuficiente, o índice de



LDO 2006



Em 2005, o centro da luta foi a batalha por mais verbas na Assembléia Legislativa. Após vitória em plenário, com a aprovação de mais verbas para a educação pública paulista, veio o veto do governador Alckmin

10% foi considerado um fruto direto do movimento; até então, os trabalhadores do Centro vinham sendo sistematicamente ignorados pelo governo estadual. O fortalecimento do Sindicato e a união entre os diversos segmentos dos trabalhadores do Centro também foram conquistas da greve de 2004.

Em setembro de 2004, o Sinteps promoveu o seminário "A Educação Profissional sob a ótica do Decreto 5154/04 - Perspectivas, Desafios e Soluções", com a participação do MEC, Ceeteps e entidades convidadas. Em dezembro, em Serra Negra, aconteceu o IV Congresso Ordinário da Categoria.

2005, o ano da luta na LDO

Em 2005, a campanha salarial, a luta por mais verbas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a campanha por mais filiados para o Sinteps correram simultaneamente. No primeiro semestre, membros da Diretoria Executiva, da Diretoria Regional e voluntários do

CDB participaram das 49 audiências públicas realizadas pela Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia Legislativa, denunciando as reais condições das ETE's e FATEC's e dos salários praticados no Centro. Também foram promovidas reuniões com os trabalhadores das unidades das regiões onde se realizava as audiências, tanto para implementar a campanha de filiação, quanto para a mobilização em torno da campanha salarial. A repercussão das denúncias na mídia, principalmente do interior, foi muito boa.

A presença massiva de funcionários, docentes e estudantes das três universidades estaduais e do Centro na Assembléia Legislativa culminou com a aprovação de um importante aumento de recursos para a educação pública. Pela primeira vez na história, o Centro foi contemplado com uma dotação orçamentária (de 1% do ICMS). Para as universidades, o índice subiu de 9,57% para 10% do ICMS, enquanto o conjunto da educação pública teve suas verbas aumentadas de 30% para 31% do total de receitas do estado. O inimigo público nº 1 da educação, Geraldo Alckmin, obviamente não gostou do fato e tratou de vetar o que havia sido aprovado na Assembléia Legislativa. Os meses seguintes foram marcados por

uma intensa mobilização contra o veto, que acabou sendo mantido.

Em setembro, o governador anunciou um reajuste de 11% para os funcionários do Centro e de 20% para os professores. Também no final de 2005, o Sinteps ganhou o prêmio TOP OF MIND na Categoria Organização Sindical. Durante as votações da Lei Orçamentária (LO) na Assembléia Legislativa, o Centro foi contemplado com R\$ 30 milhões a mais em seu orçamento para o ano de 2006.

A luta de agora

Em 2006, prossegue a luta por melhores salários e por mais recursos para o Ceeteps. A campanha salarial foi lançada em ato público realizado no dia 10 de abril, em São Paulo, data em que também ocorreu uma reunião com a superintendente Laura Laganá. Também foram feitas reuniões com as Secretarias da Casa Civil e de Ciência e Tecnologia. Nas páginas 2 e 3 desta edição, confira o andamento da campanha salarial 2006 e as atividades apontadas pelo CDB.

A entidade participou de atos, palestras, seminários, encontros e congressos promovidos por entidades parceiras, sempre na luta por melhores condições de trabalho e salário, bem como na defesa do ensino público, gratuito e de qualidade. Além do trabalho político, a estrutura da entidade foi reforçada, com a ampliação do número de computadores, equipamentos e mobiliário, além da ampliação do número de convênios para os filiados.

Na LDO, a pressão da comunidade acadêmica conseguiu que a Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia Legislativa incluisse mais verbas para a educação pública em seu relatório. Para o Centro, novamente foi determinada uma dotação de 1% do ICMS. A luta agora, como mostra matéria na página 8, é pela aprovação no plenário da Assembléia Legislativa. Os representantes do Sinteps haviam participado de todas as 24 audiências públicas realizadas pelo estado, denunciando a situação precária do Centro e reivindicando mais verbas.

A greve de 2004



16/2: Ato de lançamento na FATEC/SP

2/3: Passeata pela avenida 23 de Maio, em São Paulo

23/3: Audiência pública na Assembléia Legislativa

20/4: Passeata até a Secretaria de Ciência & Tecnologia

26/4: O sociólogo Francisco de Oliveira, da USP, fala em ato de solidariedade

LDO 2007

Demos o primeiro passo: Comissão de Finanças e Orçamento aprova relatório com verbas para o Centro

Luta agora é pela aprovação em plenário



A votação na CFO, em 29 de agosto/2006

O plenário Teotônio Vilela ficou repleto na noite de 29 de agosto, durante a sessão da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa. Após muitas tentativas de obstrução por parte do representante tucano, o deputado Vaz de Lima, finalmente foi aprovado o parecer do deputado Edmir Chedid ao PL 225/06 (LDO/2007), contendo as emendas com aumento de verbas para a educação pública de São Paulo (veja a seguir).

A votação registrou seis votos a favor (Renato Simões/PT, Mário Reali/PT, Edmir Chedid/PFL, Caldini Crespo/PFL, Romeu Tuma Jr./PMDB e Paulo Sérgio/PV). O deputado Waldir Agnello/PTB votou a favor, mas com restrições. Os deputados Vaz de Lima/PSDB e Arnaldo Jardim/PPS foram contrários.

O que foi aprovado

Para a educação, o parecer aprovado prevê o seguinte:

- Aumento de 30 para 31% do total das receitas do estado para o conjunto da educação pública;
- 10% do ICMS para as universidades estaduais paulistas;
- 0,43% do ICMS para as universidades estaduais paulistas, para contemplar a expansão;
- Dotação de 1% do ICMS para as escolas técnicas (ETE's) e faculdades de tecnologia (FATEC's) do Centro Paula Souza.

Embora não representem a totalidade das reivindicações históricas do movimento (33% das receitas para o conjunto da educação pública, 11,6% do ICMS para as universidades e 2,1% para o Centro Paula Souza), as propostas incluídas no relatório da Comissão de Finanças e Orçamento significam um avanço, fruto da mobilização constante da comunidade acadêmica.

A luta agora é no plenário

O passo seguinte à aprovação do relatório é a sua publicação em Diário Oficial e imediata inclusão na ordem do dia da Assembleia Legislativa, para posterior votação em plenário. Porém, o presidente da Alesp, o deputado Rodrigo Garcia (PFL), por "razões inexplicáveis", atrasou bastante a publicação, que só ocorreu no dia 6 de setembro. Até o fechamento desta edição (em 12/9), o tema ainda não havia sido incluído na ordem do dia.

Pela avaliação do Fórum das Seis e do Sinteps, tudo indica tratar-se de uma manobra para evitar que os deputados governistas (deste e do pretense próximo governo) não tenham que se expor à avaliação popular. Em suas campanhas, todos falam que são a favor da educação e prometem levar ETE's e FATEC's para suas regiões. Votar contra o aumento de recursos para a educação pública, agora, seria bastante comprometedor.

O que significa para o Centro

A conquista de uma dotação orçamentária própria, ainda que inferior ao que historicamente vem sendo reivindicado pelo Sinteps, seria um passo decisivo rumo a autonomia financeira para o Centro. Representaria a certeza de repasses mensais de dinheiro para folha de pessoal, custeio e investimentos. A partir do momento em que o Ceeteps tiver a dotação orçamentária, não haverá mais contingenciamento de verbas e a negociação salarial será feita diretamente com a Superintendência. Atualmente, os repasses ao Centro dependem diretamente da boa vontade (ou da ausência dela) do governo de plantão. Como se tem visto, a administração tucana vem sendo marcada pela ampliação de ETE's e FATEC's sem que isso signifique aumento de recursos.

Pelos cálculos do Sinteps e do Fórum das Seis (que reúne os sindicatos da USP, Unesp, Unicamp e Ceeteps), o índice necessário para suprir as necessidades das ETE's e FATEC's, mantendo suas qualidade e garantindo salários dignos aos seus trabalhadores, é de 2,1% do ICMS. A conquista de 1%, agora, seria um passo importante nesse caminho.

Eleições 2006

Sinteps indica o voto em quem contribuiu com a luta dos trabalhadores do Centro

Antes de todas as eleições, o Sinteps procura tornar públicos os nomes daqueles candidatos que contribuíram de forma importante para a luta dos trabalhadores do Centro. Nestas eleições, não é diferente. O critério utilizado, neste ano, foi o efetivo apoio dado por estes candidatos em momentos importantes: a greve de 2004 e a luta por mais verbas na Assembléia Legislativa (LDO's 2006 e 2007). A seguir, acompanhe um breve resumo sobre a atuação deles:

Candidato(a)s a deputado(a) estadual

Hamilton Pereira (Nº 13290)

O sorocabano Hamilton Pereira (PT) deu um expressivo apoio aos trabalhadores do Centro na greve de 2004. Está em seu terceiro mandato como deputado estadual. Uma das leis aprovadas por sua iniciativa é a 10.312/99, que criou o Programa Estadual de Combate a Violência nas Escolas (Parceiros do Futuro). Presidiu a Comissão de Relações de Trabalho, quando liderou ações em defesa dos trabalhadores e aposentados e fez denúncias sobre trabalho escravo e infantil. Também participou das CPI's dos Transportes Intermunicipais, dos manicômios, do 0900 e do Confaz, entre outros. O Movimento Voto Consciente - ONG que monitora o trabalho dos parlamentares - classificou-o como o deputado de melhor desempenho nesta legislatura.

Maria Lúcia Prandi (Nº 13184)

A deputada estadual Maria Lúcia Prandi é candidata à reeleição pelo PT. Está em seu segundo mandato. Educadora de formação, foi secretária da Educação na gestão de Telma de Souza (89/92), em Santos, tendo sido vereadora na mesma cidade. Foi a primeira mulher a presidir a Câmara Municipal santista. Coordena as frentes parlamentares 'Pelo Fim da Violência Contra Crianças e Adolescentes' e 'Pró-Envelhecimento Saudável'. Apoiou os trabalhadores do Centro na greve de 2004 e tem sido presença importante nas lutas da categoria por mais verbas na Assembléia Legislativa de São Paulo. Seu mandato foi classificado como "ótimo" pela ONG Voto Consciente.

Carlinhos Almeida (Nº 13007)

Carlinhos Almeida (PT) é funcionário licenciado da Caixa Econômica Federal. Começou sua trajetória parlamentar em 1990, como vereador de São José dos Campos. Foi reeleito em 1992 e mais uma vez em 1996. Foi eleito deputado estadual por São Paulo em 1999 e reeleito em 2002. Seus principais projetos na Assembléia Legislativa são relacionados à qualidade na educação, como o que propõe a suspensão e revisão do mecanismo de progressão continuada nas escolas estaduais. Deu apoio destacado aos trabalhadores do Centro durante a greve de 2004. Atualmente, é presidente da Comissão de Educação e titular na Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor.

Enio Tatto (Nº 13114)

Candidato à reeleição pelo PT, Enio Tatto iniciou sua militância política na Zona Sul de São Paulo, junto aos movimentos populares e comunidades eclesiais de base. Em 2002, foi eleito deputado estadual com mais de 118 mil votos. Como parlamentar, apresentou 65 projetos de lei. Vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, foi um dos articuladores das audiências públicas que abrem espaço à participação popular nos debates sobre o orçamento estadual. Teve papel importante no processo que culminou com a inclusão de mais verbas para a educação nos relatórios da LDO em 2005 e neste ano, aí incluída a dotação para o Ceeteps. Atualmente, é líder da bancada do PT na Assembléia Legislativa.

Mário Reali (Nº 13731)

Candidato à reeleição pelo PT, Mário Reali é arquiteto e urbanista. Antes de ingressar na Assembléia Legislativa, em 2003, ocupou vários cargos na prefeitura de Diadema, cidade onde reside, entre eles o de presidente da Companhia de Saneamento (Saned). No atual mandato como deputado estadual, é membro efetivo das comissões de Assuntos Metropolitanos e de Finanças e Orçamento. Nesta última, tem votado a favor e trabalhado pela aprovação das emendas encaminhadas pelos sindicatos ligados à educação, como é o caso do Sinteps. Nos dois anos em que participa da Comissão de Finanças e Orçamento, teve papel de destaque na aprovação de relatórios da LDO que contemplam aumentos de verbas para o conjunto da educação pública, o Ceeteps e as universidades estaduais paulistas.

continua...

Eleições 2006

Candidato(a)s a deputado(a) estadual

Caldini Crespo
(Nº 25222)

Caldini Crespo (PFL) está em seu terceiro mandato como deputado estadual e é candidato à reeleição em 2006. Já ocupou a presidência da Comissão de Transportes e Comunicações e também a presidência da Comissão de Saúde e Higiene da Assembleia. É vice-presidente do Conselho de Ética e membro das comissões de Assuntos Internacionais, Assuntos Municipais, Segurança Pública, Educação e Transportes e Comunicações. Em 2005 e 2006, defendeu a aprovação de mais verbas para a educação pública (e o Ceeteps) na votação do relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) na Comissão de Finanças e Orçamento, da qual é o atual presidente.

Edmir Chedid
(Nº 25118)

Deputado estadual pela terceira vez, Edmir Chedid (PFL) disputa nova reeleição em 2006. Para os trabalhadores do Centro e para a comunidade das universidades estaduais paulistas, sua atuação em 2005 e 2006 foi particularmente importante. É dele a autoria dos relatórios da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovados na Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa. Nos dois anos, foi incluído aumento de verbas para a educação pública paulista (de 30% para 31% das receitas brutas do estado), de 9,57% para 10% do ICMS para as universidades e dotação de 1% do ICMS para o Centro.

Romeu Tuma Júnior
(Nº 15015)

Em 2005 e 2006, o deputado estadual Romeu Tuma Júnior (PMDB) tem votado a favor do aumento de verbas para a educação pública paulista, aí incluindo o Centro Paula Souza, tanto na aprovação dos pareceres (LDO) da Comissão de Finanças e Orçamento, da qual é membro, quanto no plenário da Assembleia Legislativa. É ex-presidente e atual integrante da Comissão de Segurança Pública, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor e Corregedor da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Carlos Gianazzi
(Nº 50789)

No segundo mandato como vereador de SP, Carlos Gianazzi (PSOL) concorre a uma vaga na Assembleia Legislativa em 2006. Professor e ativista de movimentos sociais, presidiu a CPI da Educação, que pediu a suspensão dos direitos políticos de Celso Pitta e Paulo Maluf por não investirem a verba mínima em educação prevista em lei. Rompeu com o PT após votar contra a redução de verbas para a educação durante o governo de Marta Suplicy. Apoiou a greve dos trabalhadores do Centro em 2004.

Candidato a senador

Suplicy (Nº 131)

Há 15 anos no Senado Federal, Eduardo Suplicy (PT) é candidato à reeleição. É administrador de empresas, possui PhD e pós-doutorado em Economia e é professor da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo. Figura na lista do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) como um dos dez políticos mais influentes e um dos principais formadores de opinião do Brasil. Em 1998, uma pesquisa entre jovens e adolescentes leitores do Folhateen, caderno especial da Folha de São Paulo, o elegeu o melhor político do Brasil. Sempre que solicitado, Suplicy apoiou as lutas dos trabalhadores do Ceeteps.

Candidato(a)s a deputado(a) federal

Renato Simões
(Nº 1364)

Após cumprir seu terceiro mandato como deputado estadual, Renato Simões (PT) concorre a federal em 2006. Em todos estes anos, apoiou diretamente a luta das entidades sindicais por mais verbas para a educação, bem como contribuiu com a categoria durante a greve de 2004. É vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Alesp e integra também as comissões de Assuntos Internacionais, Assuntos Municipais, Direitos Humanos e Segurança Pública, entre outras. Foi presidente, por oito anos, da Comissão de Direitos Humanos da Alesp. Entre as leis estaduais criadas por sua iniciativa, estão a que garante proteção às vítimas e testemunhas de violência; a que instituiu o "Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos"; a que estabelece penalidades para qualquer violência contra o cidadão homossexual, bissexual ou transgênero etc.

Mariângela Duarte
(Nº 1306)

Mariângela Duarte (PT) nasceu no Rio de Janeiro e mora em Santos há 40 anos. É formada em Letras pela UniSantos, onde lecionou por 25 anos, tendo feito especialização e mestrado em Teoria Literária na USP. É professora licenciada da Rede Oficial do Estado de São Paulo, integrando o Sindicato dos Professores do Estado (Apeoesp). Foi deputada estadual por dois mandatos e, em 2002, assumiu o cargo de deputada federal, ao qual é candidata à reeleição agora. Entre seus projetos aprovados no Congresso, estão o PL 432/03, que estabelece a política nacional de prevenção à hepatite, e o PL 433/03, que inclui a temática afro-brasileira e indígena na educação. Por sua iniciativa, a Baixada Santista conquistou um campus da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Sempre apoiou as lutas dos trabalhadores do Centro Paula Souza.

Ivan Valente
(Nº 5050)

Apoiou a greve dos trabalhadores do Ceeteps, em 2004, e os movimentos em defesa do ensino técnico e tecnológico nos anos anteriores. Foi deputado estadual pelo PT por dois mandatos (87-90 e 91-94), quando foi considerado pelo movimento Voto Consciente como um dos deputados mais ativos da Assembleia. Deputado federal (1994/98 e 2001), durante o governo FHC, destacou-se pelas campanhas contra as privatizações. Após romper com o PT, ingressou no PSOL, partido do qual é líder atualmente. É titular da Comissão de Educação, Cultura e Esportes e suplente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. É coordenador da Frente Parlamentar em defesa do Financiamento Público e da Soberania Nacional, que tem a função de fiscalizar empréstimos oficiais concedidos pelas organizações financeiras multilaterais.

César Callegari
(Nº 4010)

Candidato a deputado federal pelo PSB, o sociólogo César Callegari foi duas vezes deputado estadual (1995-2003), eleito pelo *Voto Consciente* um dos melhores deputados nas duas ocasiões. Presidiu a CPI da Educação, que levou o governo do estado a ser condenado pela justiça a devolver R\$ 4,2 bilhões desviados do ensino público. De 2003 a 2004, foi Secretário Executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia. Alguns de seus trabalhos publicados: "Ensino fundamental: a municipalização induzida", 1997 - Editora SENAC; "As Verbas da educação - a luta contra a sonegação de recursos do ensino público em São Paulo", 1997, Editora Entrelinhas; "Censo Cultural do Estado de São Paulo", 1990 - Secretaria de Estado da Cultura. Atualmente, é membro do Conselho Nacional de Educação, tendo sido o autor do Parecer que inclui filosofia e sociologia no ensino médio.

Eleições 2006

Lula, Alckmin, Heloísa...

Eleições presidenciais colocam em debate questões vitais para os trabalhadores

As eleições são um momento importante na luta dos trabalhadores. A manipulação da classe dominante, que controla os grandes meios de comunicação, procura impor candidatos que defendam os seus interesses no Planalto, nas assembleias legislativas estaduais, no Senado, na Câmara Federal. Com o poder econômico nas mãos, estes setores conseguem eleger uma maioria que atua contra a população. É assim com o corte de recursos para os serviços públicos, o arrocho salarial sobre o funcionalismo (veja-se o caso da nossa categoria), a malfadada reforma do ensino técnico, entre outros.

Votar em candidatos que defendam os interesses dos trabalhadores, dos estudantes, dos desempregados... enfim, da esmagadora maioria do povo, é uma tarefa das mais importantes. É óbvio que as coisas não se resolvem apenas com o voto. O essencial, como mostram as experiências históricas dos trabalhadores, é a sua organização e mobilização. Diante das eleições, os trabalhadores precisam analisar a conjuntura que se apresenta e tomar partido.

Alckmin, a experiência paulista projetada para o Brasil

Em todos estes anos à frente de São Paulo, o PSDB de Alckmin propagou a idéia de que foi realizado um ajuste de contas, um "choque de gestão". Nada mais falso. O que houve foi a redução dos investimentos e dos gastos públicos com políticas sociais. Além disso, a receita do estado vem caindo, porque os tucanos não cobram os devedores. Pior ainda: a dívida pública explodiu, a despeito das privatizações. De 1998 a 2004, houve queda na arrecadação junto aos devedores de tributos do estado em cerca de 52%, represen-



Os candidatos do PT, PSDB e PSOL polarizam as eleições 2006

tando uma perda de aproximadamente R\$ 1 bilhão de reais. Na área social, o governo deixa de gastar corretamente os recursos da saúde e da educação, desrespeitando as vinculações orçamentárias determinadas pela Constituição. De 1998 a 2004 deixaram de ser aplicados R\$ 1,5 bilhão na saúde e R\$ 4 bilhões na educação.

O arrocho salarial contra os servidores públicos também se materializa em números: o gasto com o funcionalismo caiu de 42,5%, em 1998, para 40,95%, em 2002, abaixo até dos limites da absurda Lei de Responsabilidade Fiscal. Hoje, com o predomínio da terceirização e com a entrega de equipamentos públicos de saúde às organizações sociais, o estado dirige quase 8% do seu orçamento com pagamentos de terceirizações.

O setor elétrico, o gás, parte do saneamento, o Banespa, parte da Nossa Caixa e as ferrovias foram privatizadas, sob o comando de Alckmin, ainda como vice-governador e como presidente do programa estadual de desestatização. Foi vendido patrimônio público equivalente a R\$ 71 bilhões (para se ter uma idéia, o orçamento anual do estado é cerca

de R\$ 80 bilhões). Os serviços privatizados, no geral, pioraram e as tarifas explodiram.

Heloísa, a candidatura do PSOL

A não concordância com pontos importantes da política do governo Lula levou a senadora Heloísa Helena a capitanear a formação de um novo partido, o PSOL, e a lançar uma candidatura própria nestas eleições. Em seu programa de governo, ela vem defendendo mudanças na política econômica brasileira, como a redução na taxa de juros e revisão na tributação imposta à classe média.

Ela afirma que, ao contrário da política defendida pelos candidatos do PSDB e do PT, é possível conciliar desenvolvimento econômico com inclusão social e que a queda dos juros poderá viabilizar a liberação de R\$ 160 bilhões para investimentos públicos na geração de emprego e renda, saúde, educação e segurança pública.

Lembrando que são 22 milhões os brasileiros que vivem do salário mínimo, um dos mais baixos do mundo, e que, segundo o IBGE, as

cinco mil famílias mais ricas do país (0,01% das famílias existentes) concentram patrimônio equivalente a 46% de toda a riqueza gerada por ano no país (PIB), Heloísa Helena também defende a suspensão do pagamento da dívida externa. Ela explica que o orçamento da União é consumido em cerca de 40% para pagamento dos juros, enquanto que para os investimentos restam menos de 5%.

Lula, ainda o depositário das esperanças da maioria explorada

Ainda que deixasse claro em suas propostas políticas, já em 2002, que não faria um governo de ruptura com o anterior, Lula foi o depositário das esperanças da maioria dos trabalhadores brasileiros. As declarações dadas para tranquilizar o empresariado (por exemplo, de que não pretendia romper os acordos da dívida externa) não conseguiram distanciar do

continua...

Eleições 2006

continua...

governo petista os anseios que a classe trabalhadora tem de uma vida melhor, salários decentes, fim do desemprego etc etc.

Quatro anos depois, as pesquisas mostram que as expectativas dessa maioria explorada não mudaram muito. Diante de um Alckmin declaradamente conservador e de candidaturas de esquerda que não decolam frente ao boicote da grande imprensa, é ainda para o ex-operário que os trabalhadores voltam suas esperanças.

Se, de um lado, importantes setores do movimento sindical condenam o governo petista pela implantação da reforma da Previdência e ameaça da reforma sindical/trabalhista (com corte de direitos), pela manutenção de acordos com os bancos internacionais, que minam os recursos investidos nos serviços públicos, e pelas mal explicadas denúncias de corrupção, o governo Lula rebate com números. Os petistas lembram que a inflação continua em baixa (a média das projeções para 2006 caiu de 3,63% para 3,32%); que o saldo da balança comercial é positivo (as exportações saltaram de R\$ 60 bilhões para R\$ 130 bilhões em quatro anos); que 4,5 milhões de empregos foram criados no mesmo período; que 7,3 milhões de pessoas adultas foram alfabetizadas pelo programa Brasil Alfabetizado nos últimos quatro anos, entre outros.

A reeleição de Lula, que é o mais provável no atual cenário, significará uma cobrança ainda maior dos trabalhadores para que suas necessidades sejam, realmente, atendidas. A pressão direta das ruas poderá impedir medidas reacionárias (como o corte de direitos trabalhistas, por exemplo) e forçar o atendimento de reivindicações importantes: mais investimentos em saúde e educação, salário mínimo real, emprego para todos, entre outros.

A história se repete em São Paulo

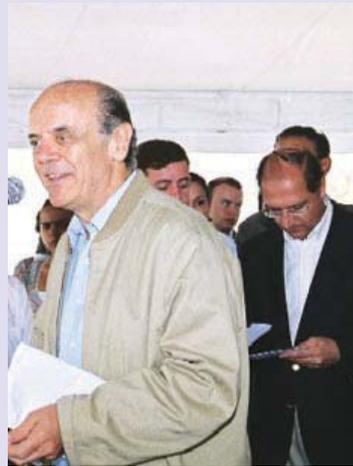
Assim como Alckmin, Serra usa e abusa do bom nome das ETE's e FATEC's para ganhar as eleições

“De cada 10 jovens formados nas escolas técnicas e faculdades de tecnologias, oito saem empregados. Por isso, é meu compromisso dobrar o número de FATEC's e ampliar bastante o de ETE's”.

Quem diz isso é o candidato tucano ao governo de São Paulo, José Serra. Exatamente como fez Geraldo Alckmin nas últimas eleições, ele vem usando sistematicamente a qualidade e a expansão do Centro Paula Souza para chegar ao Palácio dos Bandeirantes.

Preterido pelo PSDB para ser o candidato à presidência da República, Serra emplacou sua candidatura ao governo paulista a bordo de uma coligação com o PFL, o PPS e o PTB. Se eleito, iniciará o quarto mandato tucano seguido à frente do estado mais rico da federação. Ex-ministro da Saúde de FHC e candidato derrotado ao Planalto em 2002, Serra traduz em suas propostas exatamente o que foi o governo de Geraldo Alckmin em São Paulo: isenção fiscal para os grandes grupos econômicos, privatizações, arrocho salarial para os servidores, corte de verbas nos serviços essenciais.

Sob a hegemonia tucana, o Centro Paula Souza viu suas unidades se multiplicarem rapidamente. Em 1995, eram 99 ETE's e 9 FATEC's. Hoje, são 125 ETE's e 26 FATEC's. As verbas, no entanto, sofreram redução real neste período.



Serra e Alckmin: a mesma política, os mesmos prejuízos para a população

Metrô, escândalo Alckmin/Serra

O candidato Serra já deixou claras as suas intenções de tocar adiante a privatização da Linha 4 – Amarela do Metrô, recém-iniciada por Alckmin. No dia 15 de agosto, os metroviários protagonizaram uma greve de 24 horas e prometem lutar para que esse importante meio de transporte não caia nas mãos dos sanguessugas da iniciativa privada.

Embora a grande imprensa não divulgue estes dados, consta no Edital de Licitação que o governo do

Estado investirá mais de US\$ 922 milhões para a construção da referida linha, o que representa 73% dos recursos, cabendo à iniciativa privada apenas US\$ 340 milhões (menos de 27% do total). O Metrô compromete-se, ainda, a pagar o lucro prometido, caso a arrecadação tarifária não atinja a meta estabelecida durante os 30 anos da concessão. Além disso, o Metrô abrirá mão de todo o rendimento dos empreendimentos associados nas estações e arredores, tais como lojas, shoppings, estacionamentos, publicidades etc.

Trata-se de um grande escândalo, patrocinado por Alckmin/Serra, envolvendo o uso de vultosos recursos públicos para favorecer a iniciativa privada.